

O QUE É AVALIAÇÃO?

17

Lúcia Helena Sasseron

17.1 Introdução

17.2 A avaliação escolar

17.3 Pedagogia do exame e pedagogia do ensino e da aprendizagem

17.4 Avaliações para além da sala de aula

Referências

17.1 Introdução

Tema de nosso cotidiano, presente em inúmeras e diversas situações de nossas vidas, a avaliação costuma ser um tema controverso. Esta controvérsia reside não apenas na compreensão que tenhamos sobre ela, mas, sobretudo, ancora-se nas associações e percepções advindas dos resultados por ela obtidos e divulgados.

Dicionários definem avaliação como apreciação, análise; como estimativa de merecimento, de valia; como um valor determinado pelos avaliadores. Estas definições apontam que avaliação presume julgamento. Uma avaliação classifica algo como bom ou ruim, suficiente ou insuficiente, adequado ou inadequado. Mas, entre esses extremos, é possível haver classificações intermediárias que, do mesmo modo, exprimem o julgamento realizado. Pode-se dizer, portanto, que a avaliação parametriza dicotomias, no sentido de que ela nos oferece resultados em termos de comparação, podendo oferecer um espectro escalonado de conceitos.

É importante observar o fato de que, por trás da avaliação, há razões que a sustentam e que a garantem. Uma avaliação não é feita sem propósitos e, como resultado, tem-se o diagnóstico da situação em análise. Claramente, o diagnóstico apontará dados relacionados ao propósito da avaliação. Havendo esses dados, a qualificação torna-se viável e surge a possibilidade de tomar decisões.

Considerando isso, torna-se também óbvia a necessidade de que uma avaliação seja planejada e organizada para que os dados obtidos estejam de fato relacionados àquilo que se pretende colocar em exame e que, portanto, as decisões que se possa tomar a partir da avaliação sejam condizentes com o estudo realizado.

O diagnóstico surgirá, portanto, do desenho construído para a obtenção desses dados e dependerá não apenas da coleta das informações, mas também dos instrumentos para a avaliação e do uso deles.

17.2 A avaliação escolar

Todos os apontamentos anteriores podem e devem ser considerados quando pensamos a avaliação escolar.

Uma avaliação escolar tem critérios que permitem o julgamento de uma situação; ela escalona a apreciação em termos de conceitos ou de notas médias; a avaliação escolar permite o diagnóstico de circunstâncias e a tomada de decisões para este cenário.

Há muitas maneiras distintas de realizar a avaliação no âmbito da escola, assim como também há formas diferentes de avaliação escolar. Mas independentemente de quais sejam as formas de realizá-la, os instrumentos utilizados e o foco da avaliação, é necessário considerar que a avaliação precisa estar diretamente ligada àqueles que são os propósitos da educação, possibilitando que a avaliação ofereça um panorama sob o qual seja possível refletir e tomar decisões para a melhoria do ensino.

A avaliação escolar pode ter múltiplos focos, pois são muitas as esferas que compõem a educação formal e são muitos os elementos e os personagens que integram a escola. Isso evidencia ainda mais a necessidade de considerar modos diferentes de avaliação para cada instância, bem como a necessidade de considerar instrumentos diversos que permitam um olhar mais amplo, geral e preciso sobre esses aspectos distintos.

É preciso ainda ressaltar, compreender e admitir que avaliação, didática e currículo são entidades diferentes dentro do processo educativo e, como tais, não podem ser confundidos. Assim, é necessário cuidado ao analisar as influências mútuas entre eles e adotar perspectivas que permitam colocar em dimensão quem pauta a educação, quem permite que o trabalho seja desenvolvido de modo apropriado e quem analisa os resultados.

Sob esta perspectiva, reconhecemos que o currículo pauta as diretrizes para a organização das atividades, a didática tem a função de tornar viável e adequado o planejamento e a avaliação possibilita a investigação se currículo e didática foram satisfatoriamente contemplados e implementados.

A avaliação escolar pode ser entendida como uma prova, como um exercício, como uma atividade encaminhada e solicitada aos estudantes; mas não se deve desconsiderar que a avaliação pode e deve estar associada também ao acompanhamento contínuo que se faz das situações escolares. São aspectos como esses que permitem buscar elementos, informações e dados que orientam para a descrição do ocorrido e que, portanto, cumprem o papel de diagnóstico para o julgamento e a tomada de decisões associadas à avaliação.

17.3 Pedagogia do exame e pedagogia do ensino e da aprendizagem

É bastante comum encontrarmos situações em que o ensino é planejado e realizado, tendo como finalidade principal a realização de uma prova. Os resultados dessa prova não são adotados como ponto de análise para futuras alterações da didática ou do planejamento, mas servem para o propósito de classificar e ranquear. Neste caso, abre-se a possibilidade de entender a avaliação como centrada e finalizada em si própria.

Mas há, por outro lado, situações em que as avaliações são utilizadas como balizadores e parâmetros para a investigação do ensino oferecido e da aprendizagem alcançada. Neste caso, a avaliação encontra respaldo no planejamento, ao mesmo tempo que fornece informações e permite balizar a preparação de propostas didáticas e abordagens para elas.

Ciente da possibilidade de que a avaliação possa ser entendida como encerrada em si mesma, Luckesi (1997) propõe a ideia de pedagogia do exame *versus* a pedagogia do ensino e da aprendizagem: enquanto a primeira estaria vinculada à abordagem de temas e conteúdos em sala de aula com o propósito da realização de exames e provas pelos estudantes, a segunda concepção pauta o ensino para a aprendizagem em que a avaliação é concebida como uma forma de acompanhar o desenvolvimento desses processos. Luckesi ainda afirma haver três principais funções para a avaliação: a seleção, a informação e a formação.

A avaliação voltada para a seleção encontra seus exemplares mais comuns nas provas de vestibulares e concursos. Tornam-se necessárias para selecionar, dentre os candidatos, aqueles que estariam mais aptos a ingressar na carreira ou no cargo para o qual concorrem. É, portanto, um tipo de avaliação que ranqueia e estabelece uma lista de aprovados e de reprovados para a vaga a que concorrem.

A avaliação que fornece informação pode ser concebida como um diagnóstico de uma situação e, em princípio, não demandaria um ranqueamento (a menos que este seja uma das informações que se pretende obter). A informação pode estar vinculada a um episódio e situação isolados ou a um processo longitudinal.

A avaliação para a formação está diretamente associada ao que Luckesi chama de pedagogia do ensino e da aprendizagem, pois esta forma de avaliação se preocupa com a aprendizagem construída pelos sujeitos envolvidos no processo. É possível, por exemplo, encontrar exemplos de

situações de avaliação para a formação quando um professor procura, em sala de aula, perceber o que os seus alunos estão compreendendo sobre suas abordagens e como o fazem; um outro exemplo são listas de exercícios e propostas de atividades em grupo ou individuais, solicitadas aos estudantes para acompanhar o seu envolvimento e desenvolvimento ante um tema estudado.

Considerando os referenciais atuais que pautam a educação básica nacional, a Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 24, inciso V, dispõe sobre a avaliação do rendimento escolar:

V – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a.** Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b.** Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c.** Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d.** Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e.** Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Uma primeira observação importante que surge do exame destes pontos encontra-se na responsabilidade sobre a avaliação do rendimento: não há menção a respeito de quem seria esta responsabilidade, não estando, portanto, destinada tal tarefa apenas aos estabelecimentos de ensino. Mas o trecho do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica 05/1997, que versa sobre a referida LDB, menciona que **a verificação do rendimento escolar permanece, como nem poderia deixar de ser, sob a responsabilidade da escola**. No mesmo texto, há ainda informações que tornam claro que a avaliação, pela legislação vigente, não deve mais ser pautada apenas na verificação do rendimento e do controle de frequência. Estas ideias sinalizam que a função da avaliação destacada nos documentos é o acompanhamento do desempenho escolar do aluno, sendo, portanto, vinculada ao seu progresso.

17.4 Avaliações para além da sala de aula

Como um desdobramento ou um acompanhamento das políticas educacionais brasileiras, nos últimos anos, a educação nacional tem sido colocada em pauta e sob investigação por meio de avaliações que se assemelham a propostas de avaliações globais.

Seja em âmbito nacional ou internacional, essas avaliações configuram-se em iniciativas de avaliação externas e em larga escala. Caracterizam-se por serem avaliações externas, pois são planejadas por profissionais que não atuam diretamente nas instituições que estão sendo avaliadas; e são de larga escala porque colocam em análise um grande contingente de estabelecimentos escolares, de alunos e de profissionais da educação.

Em um estudo que analisa as avaliações de larga escala existentes no Brasil, Bonamino e Sousa (2012) identificam três gerações de avaliações de larga escala e apontam diferenças entre elas também no que diz respeito às suas consequências para o currículo escolar.

A primeira geração tem caráter predominantemente diagnóstico da qualidade da educação oferecida no Brasil. Segundo as autoras, não há consequências diretas das avaliações desta primeira geração para as escolas e para o currículo. Sua finalidade encontra-se no acompanhamento da evolução da qualidade da educação e seus resultados podem ser encontrados em sites e espaços de domínio público, sendo disseminados sem que esses resultados sejam devolvidos para a escola.

As avaliações da segunda geração também divulgam publicamente seus resultados, mas os retornam para as escolas sem que haja consequências materiais para essas escolas. Há, no entanto, efeitos simbólicos advindos dessa divulgação e da apropriação dos resultados pela comunidade escolar, o que favorece a mobilização dos grupos para a melhoria da educação. Faz parte de grupos de avaliações de segunda geração a conhecida **Prova Brasil**.

As avaliações da terceira geração estão ligadas às políticas de responsabilização e podem estar associadas a recompensas ou sanções como consequência dos resultados obtidos pelos alunos e pelo estabelecimento escolar. É exemplo das avaliações de larga escala da terceira geração o **Saresp**.

Muitas críticas podem ser feitas com relação às avaliações e ao modo como elas são planejadas, e como os seus resultados são utilizados. É preciso cuidado e atenção para que a escola não se torne um espaço de **ensino para o teste**, oferecendo formação apenas e tão somente para a realização de provas, sem se preocupar com a apropriação e o uso dos conteúdos para além das avaliações. Além disso: é preciso que a escola cuide para que suas avaliações considerem

não apenas os conteúdos disciplinares avaliáveis em provas e testes, mas também os conteúdos relacionados a procedimentos e atitudes que são colocadas em pauta e em execução quando atividades são realizadas em sala de aula.

A escola é um lugar de formação. Como tal, é espaço de avaliação. Mas a escola faz mais do que avaliar: ela forma; e, portanto, há de oferecer condições para que o processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos estudantes seja favorecido.

Referências

- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola, **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.



Agora é sua vez...

Finalizada a leitura do texto, realize as atividades on-line propostas para esta aula.
Bons estudos!